

No dia 25 de março de 2007, a votação final de uma eleição momentosa acabou em Portugal. Talvez esta eleição não teve impacto político, mas abriu uma janela para a mentalidade portuguesa e a história complexa do país. O programa *Grandes Portugueses* funcionou para descobrir o “maior português” na opinião do povo português, de todos os portugueses na existência de Portugal (Rádio e Televisão Portuguesa). Em uma vitória esmagadora e chocante, com 41% dos votos, o ex-líder António de Oliveira Salazar foi eleito o maior português dos quase doze séculos da história portuguesa. Alvaro Cunhal, líder do Partido Comunista Português, Aristedes de Sousa Mendes, cônsul português durante a Segunda Guerra Mundial, e D. Afonso Henriques, rei e fundador do Reino de Portugal, ganharam as três posições seguintes, com uma porcentagem do voto semelhante ao número que Salazar acumulou. Esta vitória póstuma e massiva, mais de trinta anos depois da Revolução dos Cravos, enfatiza o impacto poderoso do Estado Novo em Portugal, o regime autocrático que dominou o país por quase meio século, e deixou um legado duradouro na psique portuguesa.

O Estado Novo começou oficialmente com a Constituição de 1933, mas o governo tem suas origens no golpe de 1926 (De Meneses 31). Este golpe representou a rebelião bem-sucedida dos militares contra a Primeira República Portuguesa, o governo liberal que assumiu o controle do país após o fim da monarquia em 1910. António de Oliveira Salazar foi instalado como ministro das finanças em 1928, com um poder quase absoluto sobre os gastos do tesouro. O ex-professor mostrou astúcia e habilidade com o orçamento nacional, e concentrou os esforços dele em eliminar o déficit do país por implementar cortes de gastos e tarifas protecionistas (De Meneses 40). Salazar subiu na hierarquia da junta por causa da sua habilidade financeira e o apoio que ganhou. Em 1932, foi nomeado primeiro-ministro, que o permitiu formar um gabinete e consolidar a sua influência sobre o governo (De Meneses 82). O ano seguinte, ele apresentou a

nova Constituição Política da República Portuguesa, que transformou o governo militar no Estado Novo, e iniciou a sua época de poder executivo centralizado e autoritário em Portugal.

No entendimento popular, o fascismo descreve as potências bélicas que pereceram na vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Esta crença, que o fascismo foi destruído na derrota do Eixo em 1945, não concorda com a história complexa da ideologia. Na realidade, os sistemas autocráticos e semelhantes persistiram na Ibéria até a década de 1970, nos casos da Espanha Franquista e de Portugal Salazarista, um nome alternativo do Estado Novo. Portugal durante o Estado Novo exibia várias características de um regime fascista, e muitos portugueses no dia de hoje se referem a ele como um governo fascista (Payne 142). O Estado Novo possuía um culto de personalidade, uma milícia política e uma polícia secreta. Ao contrário do fascismo puro, o regime Salazarista se baseou no Catolicismo tradicional, e não mostrou a intolerância dos grupos minoritários e a expansão militar brutal dos Nações do Eixo.

Embora seja difícil definir o tipo de governo do Estado Novo com precisão, Salazar utilizou uma arma poderosa do arsenal fascista para guiar o seu país, a ideia de um passado glorioso. A história, o mito e a nostalgia desempenhavam papéis extremamente importantes nos governos fascistas. Mussolini, uma poderosa influência sobre Salazar, declarou o sonho de reviver o Império Romano com o seu regime (Payne 220). A Alemanha Nazi se denominou o terceiro império alemão, e idolatrou os heróis teutônicos (Payne 26). O passado glorioso semelhantemente se mostrou essencial à ideologia do Estado Novo também, e o manual do partido caracteriza a história portuguesa como um “registro glorioso” (SPN 7).

Esta obra tem como objetivo explorar como e por que o governo de Salazar cooptou a história portuguesa para promover os objetivos do Estado Novo. A tese não tem a intenção de examinar a autenticidade das afirmações do governo, ou de avaliar os acontecimentos dos

períodos históricos em questão. Os argumentos se concentrarão em Salazar no Estado Novo e não no seu sucessor Caetano, porque a liderança de Salazar constitui a esmagadora maioria da história e do carácter do Estado Novo. A evidência vai centrar-se nas ações e nos objetivos do governo Salazarista, e no contexto histórico que motivou esses esforços. O argumento central desta obra afirma que o Estado Novo utilizou períodos específicos da história portuguesa para atingir certos objetivos em resposta às questões geopolíticas contemporâneas. Nos anos da fundação de Portugal Salazarista, a ideologia do Estado se concentrou no período medieval, em um esforço para trazer ordem ao país, combater a influência do comunismo, manter a independência frente às ambições da expansão da Espanha e estabelecer uma organização económica e social corporativista. Este foco mudou após a Segunda Guerra Mundial, com a redução das ameaças da Espanha e do movimento comunista, e o crescimento das Nações Unidas e da descolonização. Nestes últimos anos, o Estado Novo se baseou ideologicamente na Era dos Descobrimentos para criar a imagem de Portugal como um país em vários continentes, e uma força positiva nas regiões pobres do mundo.

No início do regime, o Estado Novo trabalhou para glorificar o período medieval em Portugal. Em 1935, um processão medieval em São Joao sinalizou a importância da época para o Estado Novo, e governo dedicou recursos substanciais à restauração dos castelos e dos outros monumentos (Neto). No contexto da história portuguesa, esta veneração da Idade Média pode parecer um pouco esquisito. O Reino de Portugal durante o Período Medieval era uma das potências independentes na Europa, ameaçado quase incessantemente pelo Reino de Castela no leste e os mouros ao sul. Em contraste, Portugal ganhou a sua maior fama durante a época seguinte, a Era dos Descobrimentos. A partir do século XV, Portugal chefou a exploração europeia, com logros significantes como a escola de navegação famosa, e possivelmente mítica,

do Infante Dom Henrique, e as descobertas de muito da costa africana e da rota marítima a Índia. Mais tarde, Portugal colonizou o Brasil e várias ilhas nos oceanos Pacífico e Índio. Estas descobertas produziram um dos primeiros impérios coloniais europeus, um império que se tornou um dos maiores da época. No dia de hoje, Português é a sexta língua mais falada, e o mundo lusófono engloba os quatro continentes deste antigo império.

Parece que a Era dos Descobrimentos serviria como o período ideal da história portuguesa para a ideologia do jovem Estado Novo, um governo que desejava trazer de volta a glória do passado de Portugal. No entanto, a situação contemporânea e os objetivos do líder Salazar favoreceram a Idade Média durante esta fase do Estado Novo. Estes diversos motivos incluem o desejo de construir um país ordenado depois do “caos” da Primeira República, a construção de uma sociedade corporativista para combater o crescimento do comunismo, a necessidade de renovar o nacionalismo português e o esforço de impedir a integração com a Espanha.

A questão do nacionalismo representava um dos primeiros problemas que o regime Salazarista enfrentou. Tradicionalmente, a identidade portuguesa se baseava na lealdade ao rei do país. As ideias do iluminismo transformaram as sociedades das outras potências ocidentais durante os séculos XVIII e XIX, mas este movimento teve menos impacto permanente em Portugal. Antigamente uma potência global e dominante na vanguarda da exploração e da colonização, Portugal ficou menos modernizado, socialmente e economicamente, nos anos anteriores ao século XX. Portugal na infância de Salazar exibiu muitas semelhanças a Portugal na Idade Média, com uma sociedade profundamente conservadora sob o controle da monarquia portuguesa e intimamente ligada à igreja católica (De Meneses 6). Como resultado, um nacionalismo forte e popular, independente do monarca e da religião católica não desenvolveu

em Portugal como nos outros estados da Europa. Este fato apresentou um obstáculo significativo a Salazar, que buscava organizar e governar o povo português com o nacionalismo (De Meneses 66).

No dia de 5 de outubro de 1910, o Partido Republicano Português liderou um golpe de Estado que destronou o rei D. Manuel II, e instalou a Primeira República (Portugal). O golpe surgiu de uma insatisfação com a monarquia portuguesa, com motivos que incluíram os gastos excessivos da família real e a corrupção da Igreja Católica. Um movimento republicano crescente começou a desafiar a liderança desta monarquia, que muitos portugueses na época consideravam como incompetente. Batalhas políticas entre partidos dinásticos rivais e o reinado ditatorial do Primeiro-Ministro João Franco, nomeado pelo rei Carlos I, criaram muito deste descontentamento republicano expansível (Portugal).

A humilhação do governo português em uma disputa territorial com a Grã-Bretanha acuelerou este movimento antimonarquista crescente. Durante a Partilha da África na década de 1880, Portugal possuía várias pretensões aos territórios entre as colônias africanas de Moçambique e Angola, e firmou tratados com a França e com a Alemanha para legitimar a noção de um domínio português contíguo no sul da África (Portugal). Em 1886, depois da Conferência de Berlim, o ministro estrangeiro de Portugal revelou o “mapa cor-de-rosa”, que apresentou a visão da nova África portuguesa. Esta ambição portuguesa conflitava com o desejo da Grã-Bretanha de criar uma rota britânica de Cairo até o Cabo, e os esforços dos missionários britânicos na região. Em 1890, depois de um incidente entre uma força portuguesa e uma tribo local, Bretanha emitiu um ultimato que exigiu a retirada do exército português da região. Portugal cumpriu, um ato que diminuiu drasticamente o prestígio da monarquia. O dia seguinte, Alfredo Keil compôs a canção “A Portuguesa” em resposta à humilhação, que se tornou o hino

nacional de Portugal. Em janeiro do ano seguinte, uma rebelião militar começou em Porto que objetivou vencer os monarquistas. Os rebeldes foram derrotados, mas o desenvolvimento do republicanismo aumentou, e o dano à reputação da monarquia persistiu. Em 1908, a liderança tradicional sofreu outro ferido severo, com o regicídio do D. Carlos II o Diplomata. Os republicanos depuseram o jovem D. Manuel II dois anos depois (Portugal).

Depois da humilhação e da remoção da monarquia, a nova república começou a corroer o componente restante da identidade portuguesa tradicional, a religião católica (Portugal). Este anticlericalismo era um dos fatores principais que motivou a revolução em 1910, e o movimento republicano associava a Igreja com a antiga ordem da monarquia portuguesa deposta. Então, o novo governo objetivou combater a influência do catolicismo em Portugal. Nos seus primeiros atos, a Primeira República separou Igreja e Estado, proibiu a instrução da religião nas escolas e terminou muitos feriados religiosos. O governo republicano implementou várias ações mais extremas também, inclusive a expulsão das ordens religiosas e apreensão dos bens da Igreja, atos que ganharam infâmia para a República Portuguesa (Portugal).

Salazar herdou um Portugal mudado pelos anos do reinado republicano quando o ex-professor assumiu o controle das finanças do país, e depois, o governo inteiro. Um dos objetivos fundamentais do seu jovem Estado Novo era recriar o nacionalismo português para unificar o país e legitimar o governo. A monarquia caiu quinze anos antes, e parecia que nunca mais voltaria. D. Manuel II, exilado em Londres, não apoiou uma rebelião monarquista em 1919, e mostrou pouco desejo de reestabelecer o seu reinado, ou pouca confiança que a monarquia poderia voltar efetivamente (Portugal). Então, Salazar não podia aproveitar deste antigo foco do nacionalismo português. No entanto, ele exibiu um respeito profundo para a monarquia deposta. Em 1932, quando Manuel II morreu, Salazar elogiou o pretendente (De Meneses 81).

Sem qualquer possibilidade de incorporar a monarquia na nova ideologia, Salazar e o Estado Novo trabalhavam para criar um novo nacionalismo para Portugal. Salazar acreditava que um passado glorioso era integral à criação de uma identidade nacional (De Meneses 33). Esta veneração do passado formava o foco da ideologia nacionalista de Benito Mussolini, um modelo para Salazar nos seus primeiros anos como líder (De Meneses 167). No caso de Portugal, na opinião de Salazar, a época para este objetivo era a medieval (De Meneses 87). Um elemento importante do “passado glorioso” medieval de Portugal para Salazar era a Reconquista, que destacava o heroísmo dos portugueses cristãos contra os invasores mouriscos (De Meneses 84). O sucesso do reino português durante as guerras, que completou a sua reconquista em 1249, estabeleceu Portugal, na visão do governo, como um defensor da civilização ocidental. A representação deste papel se tornou mais importante nos anos subsequentes, quando Portugal lutava para manter o seu império colonial.

A Idade Média já era um componente importante do nacionalismo romântico que surgiu na Europa durante o século XIX. Uma rejeição do racionalismo calculado do Iluminismo, este nacionalismo se concentrava nas histórias e nos costumes antigos dos povos, que alegadamente continham as almas primordiais das nações (Payne 36). Várias obras medievais como *Beowulf* e a *Canção dos Nibelungos* foram traduzidas nas línguas vernáculas dos seus países respetivos durante este século, e vieram a contribuir às identidades nacionais. Este movimento começou cedo na Grã-Bretanha, com a publicação de *Ivanhoe* em 1819 e o Torneio de Eglinton em 1839, uma tentativa falhada de reviver o torneio medieval (Girouard). As inclinações medievais persistiam no nacionalismo do país, e a propaganda britânica na Primeira Guerra Mundial continha imagens de cavaleiros em combate com dragões. Na Alemanha, a ópera de Richard Wagner glorificava a história heroica e os mitos das tribos germânicas. Wagner era um membro

do movimento “völkisch” na Alemanha, que venerava as tradições medievais e influenciou profundamente o nacionalismo de Adolf Hitler, que apareceu como um cavaleiro na propaganda Nazi (Hubert Lanziger, *Der Bannerträger*). Estas ligações entre o nacionalismo e a Idade Média se espalharam, e influenciaram os movimentos nacionalistas em outros estados como Portugal. De fato, o manual do Estado Novo indica que o nacionalismo português do regime cresceu da influência da “teoria medieval do nacionalismo” da Grã-Bretanha (SPN 8). Salazar incorporava muitos elementos das influências estrangeiras na criação do Estado Novo, e o medievalismo onipresente no nacionalismo da época guiava a ideologia do regime Salazarista.

Ao contrário da monarquia, o catolicismo, a outra faceta desta identidade tradicional, manteve um papel importante em Portugal apesar dos esforços da república, e formou uma parte integral da ideologia nacionalista do regime. Então, no manual do governo Salazarista, *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática*, o secretariado da propaganda nacional definiu o nacionalismo português como uma combinação de “língua, cultura e religião” (SPN 7). De fato, o lema do regime era “Deus, Pátria e Família.” Salazar rejeitou a ideologia fascista da Itália com o seu “cesarismo pagão” (De Meneses 168). O líder procurou elevar o papel do catolicismo na identidade portuguesa, com um programa de “recristianização” na educação e em outras áreas depois do republicano secular e frequentemente antirreligioso (De Meneses 30). O Estado Novo reestabeleceu o catolicismo como a religião oficial de Portugal, e uma concordata em 1940 concedeu vários poderes à Igreja, nas áreas da educação e da capelania militar entre outras. Para Salazar, um ex-seminarista que era profundamente religioso, a Idade Média representava um período em que a religião católica influía cada faceta da vida diária portuguesa, e a glorificação desta época coincidia perfeitamente com o objetivo de promover um nacionalismo fundado em grande parte na fé (De Meneses 85).

A evidência mais concreta da importância da Idade Média para a ideologia do Estado Novo é o esforço massivo de restaurar os castelos e os edifícios medievais (De Meneses 85). A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a DGEMN, foi fundada em 1929, com o objetivo de enfatizar a “pátria portuguesa, ” e recebia financiamento substancial durante estes primeiros anos do regime (DGEMN). Os projetos da DGEMN eram diversos, mas se concentravam no patrimônio da Idade Média. Um dos primeiros foi a restauração da catedral de Viseu, construída durante o reinado de D. Afonso Henriques no século XII, que começou em 1930. Algumas das mais famosas da miríade das restaurações da DGEMN incluem o Castelo de Almourol, o Castelo de Guimarães e Castelo de São Jorge, que recebeu renovações anacrônicas para alinhar com a visão de Salazar. Estas restaurações serviam como um prelúdio para um dos projetos mais preciosos de Salazar, a Exposição do Mundo Português em 1940, um evento que se assemelhava a uma Feira Mundial para o império português (De Meneses 85). Esta exposição foi um projeto enorme que objetivou apresentar a glória de Portugal ao resto do mundo, e ao povo português. Temas medievais desempenharam um papel importante no evento, que celebrou as independências de Portugal em 1140 e 1640. Por exemplo, cavaleiros apareceram nas guias oficiais e na entrada da Exposição do Mundo Português, e houve salas e edifícios dedicados à fundação de Portugal, à Reconquista e às outras batalhas da época (Fotografias da Exposição). Infelizmente para os líderes do Estado Novo, muitos figurões estrangeiros deslocaram sua atenção das celebrações em Lisboa, devido à Segunda Guerra Mundial em curso (De Meneses 189).

Além das ligações ao nacionalismo, a Idade Média representava uma era da ordem a Salazar e aos seus seguidores. Este conceito da ordem era essencial à legitimidade do Estado Novo, que evoluiu da ditadura militar que derrubou a Primeira República no golpe de 1926.

Embora o debate esteja em curso no dia de hoje, a Primeira República, para o Estado Novo e muito do povo português, representava um período de caos para Portugal (Sardica 1). O Estado Novo utilizava uma representação exagerada da desordem do governo liberal para motivos de propaganda, e referiu a ele como “uma estrada dolorosa à ruína” (SPN 9). Apesar disso a Primeira República era objetivamente uma época de instabilidade profunda (Sardica 5). O Estado liberal ganhou o nome “A República Weimar Latina” no espaço de 16 anos, entre 1910 e 1926, e conteve 45 governos diferentes. Dos oito presidentes que serviram no período, apenas um completou o seu mandato. No manual, *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática*, o secretariado difama a Primeira República e lamenta “os ataques” contra a família tradicional e o assalto na Igreja (SPN 8). Segundo o Estado Novo, o governo liberal produziu a agitação social por meio da luta de classe também.

Caótico e breve, a Primeira República deixou um vazio enorme na sociedade portuguesa, especialmente na narrativa do regime Salazrista (Sardica 1). O governo liberal falhou na sua previsão de criar um Portugal estável e secular, e no esforço de desenvolver um novo nacionalismo. Estes fracassos motivaram Salazar para fortalecer a identidade portuguesa e estabelecer uma base religiosa para a autoridade dele. Por exemplo, embora a Primeira República rejeitasse o catolicismo, especialmente como uma força política, o Estado Novo se baseou explicitamente nos “princípios imutáveis do cristianismo”, em contraste às “ideais materialistas” do governo anterior (SPN 9). A instabilidade e ilegitimidade percebida da Primeira República produziram um descontento crescente, que culminou no golpe de 1926 e na instalação de uma ditadura militar. A nomeação de Antônio de Oliveira Salazar ao ministro das finanças em 1928, e ao primeiro-ministro em 1932, transformaram o regime militar no Estado Novo, que objetivou

restaurar a estabilidade histórica do país. Para Salazar e os outros líderes do novo governo, a Idade Média ofereceu um contraste enorme à situação da Primeira República (SPN 7).

A hierarquia da sociedade na era medieval representava o sistema ideal para o Estado Novo, e a *scala naturae* era um componente importante da estrutura social desta época. Neste sistema, todos os seres e objetos do mundo existiam sob a autoridade de um outro ser ou objeto, numa classificação que finalmente culminava com Deus, o senhor de todos (Lovejoy 89). Segundo esta “escada da natureza” o Estado medieval possuía um rei que obedecia a Deus, nobres que obedeciam ao rei e pessoas comuns que obedeciam aos nobres. O pai era como um monarca da sua própria família, e os vários níveis da hierarquia imitavam uns aos outros. Neste sistema, todos os súditos portugueses sabiam os seus lugares na ordem do mundo, uma sociedade perfeitamente ordenada nos olhos do Estado Novo (SPN 7).

Salazar objetivou replicar elementos da natureza hierárquica e da estabilidade desta estrutura social medieval em seu Portugal. O lema do regime, "Deus, Pátria e Família", refletiu esta antiga ordem, e o manual do novo governo descreve o período medieval como um de "comunidade bem equilibrada" (SPN 7). De acordo com o governo Salazarista, apenas os chefes de família, os pais, possuíam o direito de votar e participar no processo político português, um exemplo do retorno à estrutura da família tradicional (SPN 18). O divórcio era ilegal, e as mulheres legalmente ocupavam um papel que era subserviente aos homens. O governo fornecia o ensino público, mas os encargos de educação também caíam sobre a família, na visão do regime. Esta estrutura familiar se assemelhava a sociedade portuguesa medieval, em que os pais agiram como governantes de suas famílias.

O poder político tentou imitar a harmonia do período medieval também. Em *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática*, o secretariado de propaganda nacional denuncia as supostas

violações dos direitos humanos que ocorreram durante a experiência da Primeira República (SPN 8). Em vez disso, o Estado Novo tentou de "voltar às formas tradicionais de governo" e o manual da propaganda elogia o reinado dos reis durante a era como "aperfeiçoado pelo ensinamento cristão" (SPN 7). Sem qualquer candidato forte para uma nova monarquia portuguesa, Salazar, um católico muito devoto, assumiu esse papel, e manteve o ideal medieval do governante forte com o apoio dos seus súditos dedicados. Ao contrário dos regimes fascistas, como a Itália de Mussolini, o Estado não subiu para o nível do poder supremo no Estado Novo. O regime se declarou subserviente à "lei moral" (SPN 9). Em Portugal, esta "lei moral" significava o catolicismo, e o secretariado de propaganda apresenta o ideal orientador do governo Salazarista como os "princípios imutáveis do cristianismo" (SPN 9). Assim, mais uma vez o Estado Novo olhou para a visão do mundo medieval como um modelo da ordem harmoniosa, e projetou um governo que, como os reis de antigo Portugal, existia sob a liderança de Deus.

A Igreja Católica, por muitos séculos a base da sociedade portuguesa, sofreu a sua maior diminuição da era moderna durante a república liberal. O primeiro governo republicano confiscou propriedades da igreja, proibiu vestuário clerical secularizou a educação (Portugal). Porque o catolicismo era essencial para a filosofia de uma sociedade portuguesa ordenada e harmoniosa de Salazar, e para a legitimidade da autoridade do seu governo, um dos objetivos mais ardentes do líder era uma "re Cristianização" de Portugal. O manual do Estado Novo descreve a religião católica como essencial para a harmonia social de Portugal, e nos olhos do ex-seminarista, nenhuma era exemplificou a verdadeira devoção mais do que a medieval (De Meneses 86). Assim, o período passou a desempenhar um papel importante no renascimento religioso de Portugal. A encíclica de 1931, *Quadragesimo Anno*, que promoveu uma estrutura social em estilo medieval, fortemente influenciou a constituição Português de 1933 (Papa Pio

XI). Nos seus primeiros anos, Salazar idolatrou vários pensadores católicos contemporâneos que defenderam pontos de vista semelhantes (de Meneses 37). Sob Salazar, a Igreja recuperou a sua posição favorável em Portugal, e veio a influenciar a vida portuguesa mais uma vez. Em uma concordata com o Vaticano em 1940, Portugal reinstalou o ensino católico nas escolas, instalou clérigos católicos com papéis oficiais nas forças armadas e permitiu a acumulação da riqueza e das terras pela Igreja (Ryan 68). Então, como na Idade Média, sob Salazar a Igreja Católica exerceu influência na educação, nas forças armadas e na economia, e geralmente gozava de uma relação positiva com o governo (De Meneses 161).

O muito menor dos dois países ibéricos, Portugal Salazarista utilizou os temas medievais extensivamente em resposta à ameaça crescente da imersão pelo único vizinho do país. O império espanhol incorporou Portugal no passado, em uma união de 1580 até 1640, no rescaldo da derrota desastrosa e aniquilação quase completa da nobreza Português, inclusive o rei lendário D. Sebastião I, nas mãos de um exército marroquino na Batalha de Alcácer-Quibir. No início do século XX, vários fatores, ao invés de um único evento decisivo como na crise de sucessão portuguesa do século XVI, conduziu Portugal e Espanha em direção a um segundo União Ibérica. Esta possibilidade alarmou a liderança nacionalista portuguesa do Estado Novo, que temia uma "absorção de Portugal" por Espanha (De Meneses 194).

Uma força motivadora inicial da integração com a Espanha durante o Estado Novo precoce foi o Federalismo Ibérico, ou Iberismo, um movimento que procurou unir os países da Ibéria em uma única entidade política. O Iberismo originou na Espanha durante o século XVIII, e ganhou força durante os meados do século XIX (Paulos, Fabio). O movimento foi especialmente forte entre as minorias regionais em Espanha, como catalães, que acreditavam que um novo Estado ibérico, com Portugal como um componente, se tornaria uma federação de

comunidades diferentes, ao invés da Espanha dominada pelos castelhanos que promoveu a hegemonia linguística e cultural (Paulos Fabio). Em 1854, Sinibaldo de Mas, um diplomata catalão, desenvolveu uma bandeira ibérica, que misturou elementos das bandeiras espanholas e portuguesas. Os movimentos para mesclar os vários estados menores na Itália e na Alemanha, que se revelaram bem-sucedidos em 1871, aumentaram a popularidade de uma unificação semelhante na Ibéria. O Iberismo apresentou uma oportunidade para a Espanha de expandir a sua influência, obter acesso às vastas terras coloniais portuguesas e reincorporar território que outrora pertenceu ao império espanhol também.

O Iberismo logo se espalhou da Espanha para Portugal, embora as motivações para a união com a Espanha tomassem formas diferentes em Portugal. Historicamente membros de um pequeno e muitas vezes relativamente pobre país da Europa Ocidental, muitos portugueses consideravam a integração com a maior Espanha como uma fonte de benefício econômico nas formas do livre comércio e do acesso aos mercados e produtores espanhóis. Este sentimento persiste em Portugal, e em uma vocação de 2006, quase uma metade dos portugueses entrevistados favoreceram uma união com a Espanha (EI 40%). Os benefícios geopolíticos potenciais de união, no entanto, podiam ter superado as preocupações econômicas para os iberistas portugueses no início do século XX. O Ultimato britânico de 1890 foi um golpe para o prestígio internacional de Portugal, e diminuiu a autodeterminação portuguesa nos assuntos externos. O fraco desempenho de Portugal no teatro europeu durante a Primeira Guerra Mundial destacou a fraqueza de Portugal também, e diminuiu a confiança na capacidade dos militares portugueses para defender os territórios continentais e ultramarinos (de Meneses 226). Durante as tentativas de apaziguar Alemanha nazista crescente, a Grã-Bretanha ainda ofereceu as colônias portuguesas na África como moeda de troca para Hitler durante a Conferência de

Munique, sem notificar Salazar (Louis 9). Estes acontecimentos persuadiram muitos portugueses, e alguns membros do governo de Salazar, a questionar a capacidade de Portugal para manter a sua soberania e o império colonial. Para estes federalistas ibéricos, a integração com a Espanha daria a Portugal maior poder de negociação, e protegeria Portugal e as suas territórios durante a época tumultuada.

Embora sentimentos portugueses a favor da integração Ibérica apresentassem um obstáculo preocupante para os objetivos Salazaristas de construir um Estado-nação português forte e independente, estes iberistas endógenos representavam uma pequena ameaça em comparação com as tendências federalistas em desenvolvimento na Espanha durante os anos 1930. A Falange Española foi o movimento fascista que evoluiu para a ditadura militar mais tradicionalmente conservadora do Generalíssimo Francisco Franco, Caudillo de España Por la Gracia de Dios, Grande General Francisco Franco, Líder da Espanha pela graça de Deus. O movimento falangista regularmente expressava um desejo de "reincorporar" Portugal. José Antonio Primo de Rivera, o fundador da Falange e o filho do ex-ditador espanhol, escreveu *A Profecia de Magalhães* em 1922, um poema em que o famoso explorador português ansiava por seu país para se unir com a Espanha (Rumbos). Rivera foi executado pelas autoridades republicanas em 1936, martirizando-o nos olhos dos vários grupos da direita que compunham a facção nacionalista da Guerra Civil Espanhola. Falange continuou a patrocinar os pontos de vista de Rivera sobre a incorporação de Portugal, com a publicação de mapas que incluíam Portugal como uma província espanhola (Bowen 26). Os elementos que favoreceram a incorporação de Portugal normalmente representavam a facção mais radical do campo nacionalista espanhol, mas há alguma evidência de que Franco também favoreceu este ponto de vista, embora a situação geopolítica no momento desencorajasse a ação. A ideologia do Falangismo e os sucessos de

Franco alarmaram os membros do regime português, firmes defensores da causa nacionalista, e entraram em conflito com a visão de Salazar de um Portugal independente (De Meneses 204).

Apesar do interesse falangista na incorporação de Portugal, Salazar acreditava que a maior ameaça à soberania Portuguesa não veio da direita espanhola, mas a da esquerda espanhola. Em *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática*, as autoridades do Estado Novo denunciavam a causa republicana na Espanha (SPN 68). Eles também declaram que apenas uma "vitória completa de um partido" poderia produzir um resultado satisfatório para o conflito, embora Portugal tentasse manter uma fachada de neutralidade durante a guerra. As autoridades Salazaristas retrataram a aliança republicana como "comunistas e anarquistas" e lamentou suas táticas "violentos" como o "antagonismo" do "governo vermelho" na Espanha. Esta animosidade contra os beligerantes da esquerda, e os seus apoiantes soviéticos, refletia o medo de Salazar de uma república socialista ibérica após a derrota nacionalista. As autoridades portuguesas se preocupavam que as "hordas armadas comunistas" vitoriosas poderiam continuar a guerra contra Portugal direitista, ou pelo menos tentaria espalhar o comunismo entre as classes trabalhadoras portuguesas (de Meneses 194). Os dois resultados seriam desastrosos para o Estado Novo, que motivou Salazar para apoiar Franco e os seus nacionalistas na guerra civil sangrenta. Portugal forneceu as forças nacionalistas com armas e itens essenciais, e Lisboa serviu como um porto importante para a ajuda militar alemã para Franco. A força voluntária portuguesa, os Viriatos, serviu em várias capacidades entre os nacionalistas também (De Meneses 204).

As ameaças da perda da soberania para a Espanha eram numerosas e vastas durante os primeiros anos do Estado Novo e, mais uma vez, Salazar olhou para o período medieval para solidificar o apoio para seu Portugal independente. A grande vantagem da Idade Média para promover este objetivo foi a situação do reino português ao longo da época. A origem do reino

de Portugal, no século XII com o lendário rei Afonso I, estabeleceu Portugal como uma nação com uma longa história de independência, um fato que Salazar celebrou na Exposição do Mundo Português em 1940 (De Meneses 186). Esta exposição, uma espécie de Feira do Mundo português, comemorou a fundação do reino português em 1140 e a restauração da independência portuguesa da Espanha em 1640. Várias estátuas enormes de cavaleiros portugueses guardaram a entrada para as festas, e uma porta e um pavilhão mostravam uma narrativa gloriosa da fundação de Portugal (Fotografias da Exposição). O Estado Novo comemorou a Reconquista portuguesa também, o conflito relativamente curto e bem-sucedido que terminou em 1249, ao contrário da Reconquista espanhola, que culminou com a queda de Granada quase dois séculos e meio mais tarde.

Salazar aproveitou do desafio português das incursões espanholas durante a Idade Média. Em *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática* se refere ao reino Português medieval como "sempre ameaçado pelo poder de Castela" (SPN 7). A Exposição do Mundo Português conteve uma sala dedicada à Batalha de Aljubarrota, a vitória decisiva em 1385 de um exército português sobre uma força castelhana muito maior depois de uma crise de sucessão em Portugal (Fotografias da Exposição). Os visitantes da exposição viram uma narrativa esculpida de cavaleiros portugueses montados que pisoteavam os invasores castelhanos infrutíferos. O período medieval forneceu o Estado Novo com um exemplo de um Estado português independente que se defendeu dos mouros, e do vizinho ameaçador para o leste também, em uma tentativa de desencorajar as tendências portuguesas e espanholas iberistas.

A outra grande vantagem do período medieval na luta contra a ameaça de uma Ibéria unificada resultou da história das relações externas portuguesas, a Aliança Luso-Britânica. Assinado em 1373, o tratado é o exemplo mais antigo de uma tal parceria, e o Estado Novo

desejava muito manter o relacionamento. *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática* elogia o "antigo vínculo" entre Portugal e Grã-Bretanha, e destaca os metas comuns das nações no império e no comércio livre (SPN 65). O secretariado de propaganda nacional insinua que o apoio da Grã-Bretanha era essencial para a manutenção da independência de Portugal da Espanha também, e discute "o interesse da Grã-Bretanha na força defensiva portuguesa" e a ajuda dos especialistas militares britânicos na página anterior à explicação da Guerra Civil Espanhola (SPN 66). Na seção da política internacional, o manual do Estado Novo também retrata a possibilidade de "uma península unificada" sob o domínio espanhol como desfavorável aos interesses britânicos (SPN 63). Salazar admirava Bretanha e considerava a aliança antiga como essencial para manter a soberania de Portugal no continente e nos territórios ultramarinos (SPN 65). O desempenho das forças portuguesas na Primeira Guerra Mundial dissipou as noções de que Portugal se poderia defender da invasão com sucesso, e ressaltou a importância da aliança para Portugal.

Nos primeiros anos do século XIX, Portugal e Grã-Bretanha, juntamente com a Espanha, lutaram juntos famosamente para repelir a ocupação da Península Ibérica por Napoleão. A relação entre os dois antigos aliados, no entanto, se tornou conturbado nos anos que antecederam, e durante o reinado de Salazar. A disposição britânica de violar as reivindicações imperiais portuguesas, como no Ultimato de 1890 e nas concessões angolanas propostas a Adolf Hitler, dissuadiu muitos portugueses da sua longa história com a Grã-Bretanha (Louis 9). As semelhanças ideológicas com a Itália fascista e a Alemanha nazista, e os contratos de armas com a Alemanha, também criaram um sentimento favorável para o Eixo em Portugal (De Meneses 310). O envolvimento de Salazar na Guerra Civil Espanhola, a neutralidade durante a Segunda

Guerra Mundial e o comércio continuado de tungstênio vital com a Alemanha até a vitória assegurada dos Aliados irritaram algumas autoridades britânicas também (De Meneses 313).

Centrar-se no período medieval permitiu que Salazar desviasse a atenção das disputas atuais para o colaboração luso-britânica gloriosa do passado, como na Batalha de Aljubarrota, que incluiu um contingente de arqueiros ingleses entre as forças portuguesas. Isso serviu tanto para reforçar o apoio interno para a aliança e lembrar autoridades britânicas dos seus séculos de compromisso da a independência portuguesa. A correspondência entre Salazar e os líderes britânicos sempre se refere à natureza antiga da aliança, e os portugueses regularmente tentavam de enfatizar a reciprocidade da relação (SPN 65). As declarações portuguesas de benefício para a Grã-Bretanha provaram precisas durante a guerra, quando Winston Churchill utilizou o tratado do século XIV entre as duas nações para justificar as operações britânicas nos Açores (De Meneses 285). O primeiro-ministro famoso felicitou Salazar nas suas ações para manter a velha aliança e se manter neutro durante o conflito também.

Depois da vitória comunista na Revolução Russa de 1917, as preocupações de insurreições semelhantes espalharam por toda a Europa. A criação da Internacional Comunista em 1919 afirmou esses receios de uma tentativa de revolução comunista em todo o mundo, e empurrou o resto da comunidade Europeia a tomar medidas para combater esta ameaça vermelha. Alguns países como a Grã-Bretanha tentaram reafirmar suas formas tradicionais de governo, enquanto outros países, como a Itália se virou ao fascismo para combater o comunismo. Em Portugal, o descontentamento entre a classe trabalhadora resultou na formação do Partido Comunista Português, que a ditadura militar e o Estado Novo proibiram e suprimiram. Portugal também enfrentou o comunismo que se espalhava da Espanha, na medida em que Salazar ajudou extraoficialmente a causa nacionalista na guerra civil (De Meneses 194). *Portugal; O Estado*

*Novo em teoria e na prática*, denuncia o marxismo como culpado das relações sociais "desumanas" e da "hipertrofia" do governo (SPN 15). Para combater a ameaça do comunismo, o governo Salazarista adoptou um modelo económico concorrente, o corporativismo. Este sistema representava "o meio termo económico" na visão do Estado Novo, uma estrutura que, teoricamente, incluiu a iniciativa privada do capitalismo e as proteções dos trabalhadores do socialismo (SPN 16).

O corporativismo é um sistema que organiza a sociedade com entidades conhecidas como corporações, que se assemelham aos grupos de interesse, para servir os interesses do Estado (corporativismo). No caso do Estado Novo, a estrutura corporativista considerava a nação como "uma complexa organização dos núcleos familiares e corporativos", com uma "Câmara Corporativista", composta de certos grupos de interesse que aconselhavam a Assembleia Nacional (SPN 19). O caminho de Portugal para uma sociedade corporativista resultou em parte das convicções católicas fortes de Salazar. A Igreja favorecia a filosofia corporativa, e vários papas publicaram encíclicas que defenderam os princípios corporativistas (Papa Pio XI). O ensinamento bíblico de diferentes membros da cristandade com diferentes habilidades que desempenhavam os papéis das partes do corpo de Cristo parecia se coligar com a filosofia do corporativismo, e a Igreja via essa ideologia como um contrapeso para o comunismo, que resultou no ateísmo do Estado na URSS.

Um ex-seminarista, Salazar era fortemente influenciado por autoridades e pensadores católicos ao longo da sua educação (De Meneses 31). De acordo com os pontos de vista expressados em uma encíclica papal contemporânea, o jovem Salazar defendia uma "re Cristianização" de Portugal, e pediu portugueses para elevar a Igreja acima de tudo (De Meneses 30). Depois, a posição oficial da Igreja começou a promover certos pontos de vista

políticos, que os católicos também deviam trabalhar para adotar. Os líderes da Igreja, como o Papa Leão XIII, uma influência sobre Salazar, comentavam extensivamente sobre questões sociais, e consideravam as preocupações que tinham feito o socialismo tão popular entre as classes trabalhadoras (de Meneses 10).

Em 1931, o Papa Pio XI publicou *Quadragesimo anno*, uma carta encíclica que condenou o comunismo e promoveu uma estrutura social corporativista (Papa Pio XI). Esta sociedade idealizada possuiria alguns elementos do socialismo, como os direitos dos trabalhadores, mas manteria a propriedade privada e a livre iniciativa. *Quadragesimo anno* profundamente influenciou a Europa católica, e motivou muitos governantes como Dollfuss da Áustria a adotar os princípios do corporativismo (Payne 249). Salazar, um católico devoto, não foi uma exceção a esta tendência. A influência da *Quadragesimo anno* é evidente na Constituição do Estado Novo de 1933, que teve como objetivo representar os elementos da nação através de órgãos corporativistas. *Portugal; O Estado Novo em teoria e na prática* caracteriza o estilo do governo de Portugal como um "Estado Corporativista" também, e descreve a estrutura corporativista correspondente e os objetivos dela (SPN 14).

Corporativismo teve como objetivo combater o comunismo, por considerar as preocupações das classes trabalhadoras, mas com a manutenção da hierarquia social existente. O Estado Novo pediu um "salário humanamente suficiente", e condições adequadas de trabalho e os direitos para as férias (SPN 17). Por outro lado, o regime reconheceu os direitos de propriedade e defendeu uma estrutura social ordenada também. Esta mistura do socialismo e do capitalismo tradicional caracterizava o "meio-termo" do corporativismo que o Estado Novo defendia, um tipo de um terceiro alternativo para os dois sistemas económicos concorrentes da época (SPN 16). De muitas maneiras, o corporativismo representou um retorno a alguma da

estrutura social medieval que o Estado de Nova idealizou também. Os sindicatos, associações de empregadores dentro do sistema corporativo, se assemelhavam às guildas medievais, e os dois tinham o mesmo nome em português. A estrutura do governo português sob Salazar refletiu a *scala naturae* também, com vários grupos de interesse subordinados ao governante, que por sua vez era subordinado a Deus. Esta conexão divina aparece ao longo de *Portugal; O Estado Novo na teoria e na prática*, e as referências à regra "moral" abundam no trabalho (SPN 9). O compromisso com os direitos dos trabalhadores dentro da hierarquia tradicional se uniu com a visão de Salazar da monarquia portuguesa medieval ideal também, em que o rei governava com o apoio popular dos seus súditos. As descrições da sociedade medieval "equilibrada" e "harmoniosa" preenchem o manual de propaganda do Estado Novo, e servem para legitimar os objetivos corporativistas do governo (SPN 7).

A evidência, e as proclamações da facção dominante, sugerem fortemente uma tentativa do Estado Novo de modelar o novo Portugal no reino medieval de Portugal (SPN 7). No entanto, uma reestruturação da ideologia Salazarista começou a se desdobrar enquanto a situação geopolítica de Portugal mudava. Alguma da ênfase no período medieval resultou da conexão pessoal de Salazar para a época, como foi discutida anteriormente, mas a Idade Média ofereceu várias vantagens práticas para o regime português, específicas para as ameaças imediatas que o novo governo enfrentou. Enquanto essas ameaças diminuía, e novos perigos surgiam, o Estado Novo alterou o seu foco medieval para acomodar o mundo em mudança. Essa troca resultou em um foco no outro passado glorioso de Portugal, a Era dos Descobrimentos.

Como os argumentos anteriores indicam, uma grande vantagem da Idade Média para o Estado Novo era o estatuto de Portugal como um país independente que desafiou as incursões espanholas. Portugal era uma parte a União Ibérica, por um período de sessenta anos durante a

Era dos Descobrimentos, mas Portugal na Idade Média resistiu com sucesso as tentativas de fundir o reino no seu maior vizinho oriental. As grandes ameaças espanholas contemporâneas, da direita e da esquerda, motivaram Salazar para elevar este período na sua modelagem do novo Estado português. Esta ameaça muito iminente do antigo rival de Portugal, no entanto, diminuiu ao longo dos primeiros anos do Estado Novo. A derrota nacionalista dos republicanos em 1939, assistida em parte pela ajuda portuguesa, efetivamente eliminou qualquer possibilidade de o conflito se espalhar para o oeste e enredar Portugal numa vitoriosa República Espanhola. Este resultado amenizou o medo profundo de Salazar de uma "república soviética ibérica", a que, evidenciada pela intervenção clandestina do Estado Novo na facção dos nacionalistas, claramente representava a maior ameaça espanhola à soberania portuguesa nos olhos da liderança do país (SPN 64). A derrota da coalizão da esquerda na Guerra Civil Espanhola, no entanto, forçou o Estado Novo de enfrentar os seus vizinhos nacionalistas, que tinham noções duradouras de conquistar o país menor da Ibéria em uma tentativa de unificar a península mais uma vez.

Nos últimos meses da Guerra Civil Espanhola, numa fase em que Franco e os seus nacionalistas controlavam praticamente a totalidade da Espanha, Salazar pressionou por um tratado de amizade com a potência ibérica maior (Garroz 198). A motivação para o tratado resultou em grande parte dos interesses portugueses na manutenção da soberania e neutralizar a agressão espanhola. O acordo de 1939 garantiu o respeito mútuo às fronteiras espanholas e portuguesas existentes. Este acordo assegurou que o irredentismo em Espanha não resultaria na guerra com o seu vizinho, como tinha acontecido nas políticas externas de Itália fascista e da Alemanha nacional-socialista. O terceiro artigo do tratado estipulou que nem Portugal nem a Espanha iria se aliar com um país que tinha agido de forma agressiva com respeito a um dos dois

países signatários (Garroz 198). Este artigo teve como objetivo prevenir o conflito europeu iminente de envolver Portugal, e Salazar eventualmente foi bem-sucedido nesta meta difícil. O quarto artigo impediu qualquer dos dois países de assinar um acordo em violação do pacto, uma outra salvaguarda diplomática para Portugal. A Grã-Bretanha e Alemanha, as principais potências europeias contemporâneas, aprovaram o acordo, mais uma garantia da segurança de Portugal. Em 1942, com a maioria da Europa envolvida na guerra ou sob a ocupação alemã, Portugal e Espanha reafirmaram o acordo de 1939, e deram o nome do "Pacto Ibérico" ao tratado. Estas negociações harmoniosas com a Espanha permitiram que Portugal evitasse uma guerra desastrosa e estabeleceu uma relação pacífica com o seu companheiro na Ibéria. Quando os anos passaram e ambas as partes aderiram ao pacto, a ameaça existencial da Espanha diminuiu nos olhos da liderança portuguesa, e a importância da retórica medieval vista no manual do partido do Estado Novo reduziu (SPN 7).

O fim da Segunda Guerra Mundial confirmou as previsões de Salazar que uma vitória aliada resultaria na dominação americana da Europa ocidental (De Meneses 244). Portugal cedeu, com relutância, o controle temporário dos Açores, as ilhas estrategicamente importantes, para as forças americanas nas fases posteriores da guerra (De Meneses 278). Milhares de soldados americanos permaneceram estacionados na Alemanha também, e Salazar reconheceu que os Estados Unidos suplantou a Grã-Bretanha como a potência atlântica dominante. Embora o líder do Estado Novo ressentisse esta influência externa nos assuntos portugueses, aliar com os Estados Unidos apresentou vários benefícios estratégicos. Enquanto a Europa polarizava nos blocos ocidentais e comunistas, Salazar aproveitou da situação para se alinhar com os Estados Unidos contra a União Soviética, a fim de colher os benefícios económicos e políticos resultantes (de Meneses 512).

Apesar de possuir pouco na área das forças armadas, os territórios e as colônias do Estado português apresentavam um grande benefício estratégico para os Estados Unidos (De Meneses 490). As ilhas dos Açores mostraram-se particularmente importantes como uma escala para aeronaves durante a Segunda Guerra Mundial. A ajuda militar americana na Turquia e na Grécia no final de 1940 se revelou um compromisso ocidental para combater o crescimento do comunismo nos países europeus amigáveis (Truman Doctrine). Numa continuação do espírito da cooperação atlântica, Portugal aderiu à OTAN como membro fundador em 1949. Tais laços estreitos com os Estados Unidos forneceram um baluarte contra a ameaça interna latente de comunismo em Portugal. Salazar acreditava que os americanos e britânicos não permitiriam que um aliado, especialmente um com grande importância estratégica, como Portugal, caísse a uma insurreição comunista. Um componente importante da ênfase na Idade Média no Estado Novo era um desejo de combater as ameaças comunistas internas através da veneração de uma estrutura social hierárquica medieval (SPN 7). Com Portugal firmemente estabelecido como um membro da poderosa facção mundial anticomunista, a ameaça do movimento comunista português diminuiu, que reduziu a necessidade da ênfase de reviver a harmonia social medieval.

Embora os eventos nos anos 1930 e 1940 removesses as ameaças espanholas e comunistas do centro do foco do Estado Novo em grande parte, outros desenvolvimentos apresentaram uma nova e muito grave, ameaça para os interesses portugueses. O fim da Segunda Guerra Mundial estimulou o processo da descolonização, e os "ventos de mudança" poderosos do nacionalismo se espalharam pelas colônias europeias na África e na Ásia. Vietnã e Indonésia declararam as independências dos seus governantes franceses e holandeses em 1945, e os Estados Unidos concedeu soberania para as Filipinas no ano seguinte. Os acontecimentos de 1947, no entanto, desferiram um golpe maior político e psicológico para a liderança do Estado

Novo, quando a Grã-Bretanha concedeu a independência à "jóia da coroa" do seu império colonial, a Índia (De Meneses 360). Durante séculos antes, a presença britânica no subcontinente ajudava a salvaguardar a Índia Portuguesa, uma coleção de territórios, com alguns que tinham pertencido ao Império Português desde 500 anos.

A retirada britânica em 1947 apresentou um novo problema para as regiões ultramarinas portuguesas nos olhos da liderança do país também (De Meneses 360). Por muito tempo o poder naval dominante em todo o mundo, a Grã-Bretanha historicamente tinha garantido a proteção das colônias do seu antigo aliado Portugal. A relutância da Grã-Bretanha para manter a sua maior colônia, no entanto, legitimamente perturbou o Estado Novo. Se a Grã-Bretanha não defenderia as suas próprias colônias, o antigo aliado provavelmente não agiria para defender os territórios portugueses dispersos. Uma onda do nacionalismo na África ameaçou as colônias portuguesas também, e os conflitos de independência logo entraram em erupção nas outras possessões europeias no continente. As outras potências europeias, com diferentes níveis de relutância, começavam a conceder a independência às suas colônias, mas Portugal se manteve firme na sua oposição à descolonização. Este desejo de manter o seu antigo império ganhou Portugal inimigos entre outros membros das Nações Unidas, e dentro de alguns segmentos do povo português também (De Meneses 501). No entanto, Salazar afirmou o seu desejo de agarrar o antigo Império Português, e eventualmente estabelecer o Portugal como um anacronismo entre os desenvolvimentos e as mudanças das potências da Europa Ocidental. Assim, o Estado Novo adotou uma estratégia de glorificar o papel colonizador de Portugal durante a Era dos Descobrimientos, em uma tentativa de legitimar a continuação do domínio colonial português e solidificar o apoio para empreendimentos coloniais em casa.

Em contraste com o papel global comparativamente menor do Reino de Portugal durante a época medieval, a Era dos Descobrimentos, um período frouxamente entre os séculos e XV e XVIII, marcou o pico do prestígio de Portugal. O Império Colonial português começou cedo entre as potências europeias, com a captura da cidade norte-africana de Ceuta por D. João e o príncipe Henrique em 1415. O Infante Dom Henrique, apelidado “o Navegador” por seu papel importante no apoio da exploração, mais tarde patrocinou as viagens ao longo da costa da África. Os exploradores portugueses logo se tornaram conhecidos em toda a Europa, e rodearam o cabo da Boa Esperança e descobriram uma rota marítima para a Índia, em um esforço de ignorar as rotas terrestres nas terras muçulmanas e acessar as especiarias orientais. O Tratado de Tordesilhas com a Espanha em 1494 também concedeu a Portugal o acesso exclusivo a todas as terras não reclamadas ao leste de uma linha definida pelo papa no Hemisfério Ocidental (Tratado de Tordesilhas). Vários outros países, a Holanda em particular, logo se tornaram concorrentes ferozes de Portugal nos esforços coloniais, mas o império português continuou a se expandir em toda a África, na América do Sul, na Índia e nas várias ilhas. Os exploradores portugueses circumnavegaram o mundo e mapearam muito dos Oceanos Pacífico e Índico também.

No momento em que Salazar subiu ao seu papel do primeiro-ministro de Portugal, o Império Português existia em quatro continentes. Os territórios portugueses geograficamente diversos incluíam Portugal continental, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e as ilhas de São Tomé, Príncipe e Cabo Verde na África, Goa na Índia, Timor Leste no Oceano Índico e Macau na China. Muitas dessas regiões, como Goa e partes das colônias africanas, possuíam histórias de governança portuguesa de quase quinhentos anos. O Brasil ganhou a independência mais de um século antes, mas Portugal ainda manteve um papel importante nos assuntos brasileiros, e o Brasil era um dos poucos apoiantes de Salazar nas Nações Unidas enquanto as guerras coloniais

arrastavam (De Meneses 516). Portugal permaneceu relativamente pobre entre os países da Europa Ocidental ao longo do século XX, com uma população mais rural, com um menor nível da industrialização (De Meneses 565). Como resultado, Salazar considerava a retenção das colônias, conhecidas como províncias ultramarinas, como necessária para o papel de Portugal na política global, e essencial para assegurar a independência portuguesa. Salazar também via as colônias africanas, devido às suas fontes de matérias-primas e mercados para bens manufaturados, como essencial para a prosperidade continuada da Europa, que ele considerava um continente mercantil (De Meneses 452). A Era dos Descobrimentos, com a sua longa história de envolvimento português no exterior e o papel de liderança de Portugal na exploração e na difusão da cultura europeia, apresentou provas convincentes contra a descolonização na visão do mundo de Salazar.

A evidência física mais atraente para uma mudança no modelo ideológico do Estado Novo existe nos vários projetos de Portugal no campo dos monumentos e das outras obras públicas. Nos anos de fundação do Estado Novo, uma ênfase na cultura física medieval caracterizou o regime. No entanto, algum foco sobre o papel de Portugal como potência colonizadora também começou em 1940. A Exposição do Mundo Português apresentou uma sala dedicada ao Brasil, e o lançamento de um navio recriado do período dos primeiros descobrimentos de Portugal (Fotografias da Exposição). Uma visão geral dos boletins da DGEMN, a organização para restaurar monumentos nacionais sob o Estado Novo, revela o foco do governo durante vários períodos do regime (DGEMN). Por toda a sua história, a DGEMN concentrava a maioria dos seus esforços nas estruturas medievais, principalmente catedrais e castelos, mas vários boletins que descrevem os projetos pertencentes aos edifícios da Era dos Descobertos aparecem ao longo dos anos 1950 e 1960. Estas renovações posteriores incluem o

Forte dos Berlengas de 1678 fora da costa de Portugal, o Forte de Sagres do século XVI, que servia como uma base importante para as expedições navais, e a casa possível do nascimento do lendário Infante D. Henrique no Porto (DGEMN). Para a liderança portuguesa, preservar e expandir este patrimônio da Era dos Descobertos forneceu um exemplo físico do passado glorioso da nação para o povo português.

Talvez a única prova mais convincente para o foco posterior do Estado Novo nos monumentos públicos para a Era dos Descobertos portuguesa é um edifício que também serve como uma das atrações mais conhecidas de Lisboa. O Padrão dos Descobrimtos, apropriadamente chamado, enfrenta o mar a partir da margem norte do rio Tejo, uma passagem historicamente importante para os navios portugueses que partiam para terras distantes (Padrão dos Descobrimtos). Este monumento famoso consiste em dois componentes principais, uma bússola e uma estrutura. A rosa dos ventos do monumento contém um mapa do mundo de 50 metros de largura, repleto de representações de caravelas, monstros marinhos e várias rotas marítimas. Datas e navios marcam a expansão portuguesa durante os séculos XV e XVI também.

A parte com o estatuó, que mede 56 por 46 metros, tem a forma de uma vela enorme em uma homenagem às naus portuguesas que anteriormente mapearam as costas da África e descobriram as rotas marítimas para o Oriente (Padrão dos Descobrimtos). A figura central é o Infante D. Henrique, o príncipe lendário que provocou a idade gloriosa da exploração portuguesa. D. Henrique olha para fora sobre as águas e carrega um modelo de uma caravela portuguesa. Vários outros portugueses famosos e históricos marcam os dois lados do monumento, principalmente da Era dos Descobrimtos. Muitos destes indivíduos são navegadores, como Bartolomeu Dias, que pela primeira vez contornou a ponta da África, Fernão de Magalhães, o explorador português que se fez o primeiro homem a circunavegar o globo, e

Pedro Cabral, que liderou expedições para a África e o Brasil. Outros heróis da Era dos Descobertos aparecem na estrutura também. João de Barros, o escritor Português do século XVI que compilou uma história das realizações portuguesas na Ásia, é visível com uma pena na mão. Afonso de Albuquerque, o conquistador do império oriental de Portugal, que também serviu como governador da Índia Portuguesa, está com sua espada entre outros arquitetos do Império Português. Além do simbolismo geral do navio à vela, um quadrante e um astrolábio, instrumentos importantes na navegação, aparecem entre os homens da escultura. O posicionamento das figuras atrás do Infante D. Henrique dá a aparência de um clamor na direção ao mar, um esforço apressado para explorar e colonizar as regiões desconhecidas do mundo para Portugal.

O Padrão dos Descobrimentos tenta claramente glorificar a conquista portuguesa durante a Era dos Descobertos, e a história complexa deste monumento evidencia os esforços do Estado Novo de se concentrar na época durante os últimos anos do regime. Inicialmente construído em 1940 para a Exposição do Mundo Português, o monumento formou uma parte da "Praça do Império", uma seção do evento que comemorou o Império Português (De Menezes 85). Esta versão original do monumento, no entanto, era uma estrutura temporária e foi demolido alguns anos depois. Em 1958, no entanto, o governo português mandou a reconstrução do monumento, concluída em 1960, como uma comemoração do aniversário da morte do Infante D. Henrique (Padrão dos Descobrimentos).

O ano dessa ordem foi provavelmente de natureza estratégica. Durante os anos 1950, as tensões entre a Índia e Portugal atingiram um novo patamar. Em 1953, a Índia terminou as relações com o Estado português e, em 1954, as forças indianas ocuparam os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli (De Menezes 364). As autoridades portuguesas se

preocupavam com essas ações, e acreditavam que tal ação hostil indiana prenunciou uma futura invasão de Goa. Com a retirada da Grã-Bretanha quase uma década antes, e a progressão dos vários movimentos da descolonização na Ásia e na África, a Índia Portuguesa entrou em uma posição perigosa. Salazar defendeu a presença portuguesa em Goa, para o público português e para as Nações Unidas. Durante uma reunião da Assembleia Geral, o líder declarou que Goa era uma parte do país pluricontinental de Portugal, uma parte integral do território português como qualquer cidade no continente (De Meneses 363). No entanto, as autoridades portuguesas já começaram a reconhecer o descontentamento crescente nas colônias, e a hostilidade dentro da Casa dos Estudantes do Império também, o centro de Lisboa para estudantes da África Portuguesa. Assim, o Padrão dos Descobrimentos em Lisboa serviu como um lembrete da glória portuguesa durante a Era dos Descobrimentos, em um momento quando a confiança no papel colonial de Portugal provavelmente enfrentou o início de uma crise.

A construção dos monumentos físicos à exploração portuguesa apoia a ideia da mudança ideológica para a Era dos Descobrimentos durante as fases posteriores do Estado Novo. No entanto, outras ações menos concretas do governo português também fornecem evidências convincentes de esta transição. Esta evidência mais abstrata se concentra na cooptação das ideias do lusotropicalismo de Freyre pelo governo Salazrista durante os anos 1950 (de Meneses 358). O lusotropicalismo é um termo cunhado pelo autor brasileiro Gilberto Freyre para caracterizar a experiência única da colonização portuguesa. Na sua obra de 1933, *A casa grande e a senzala*, Freyre afirma que o Brasil é uma sociedade multirracial, que incorporou elementos positivos das várias raças de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do país (Freyre 19). Nesta visão de mundo, os escravos africanos trabalhavam como aliados dos portugueses, e os nativos se incorporavam com sucesso nas famílias portuguesas. Como resultado, a língua, a comida, a

religião e outros aspectos da identidade brasileira representam uma mistura das culturas desses três grupos (Freyre 65). As relações inter-raciais na visão de Freyre do Brasil não tinham a crueldade das ex-colônias britânicas e francesas, e todos os membros das três raças eram brasileiros que lutaram juntos para repelir a invasão holandesa do Nordeste do Brasil no século XVII (Freyre 22). Freyre também acreditava que a colonização do Brasil não exibia a mesma preocupação com a pureza racial que existia em diversos países como os Estados Unidos, e que cada brasileiro mostra algum nível de influência Africana (Freyre 255).

Segundo Freyre, esta sociedade única e relativamente racialmente harmoniosa resultou da composição única e racial de sua potência colonizadora, Portugal. Na obra, *A casa grande e a senzala*, Freyre apresenta uma visão de Portugal e do português que não é muito diferente da sua representação do Brasil e dos seus habitantes. Os portugueses no mundo de Freyre eram membros de um grupo misto, composto de celtas, visigodos, iberos e italianos que haviam adotado a religião e a língua do Império Romano (Freyre 14). Os invasores do norte da África trouxeram várias características mouras ao país também, que produziram uma raça de europeus que eram diferentes dos habitantes loiros e de pele clara das regiões setentrionais do continente (Freyre 19). Ele afirmou que, porque o português já era um membro de um povo misturado que assimilava muitos imigrantes na sua cultura, a colonização portuguesa faltava a brutalidade dos outros impérios europeus. De acordo com Freyre, esta característica causou que os portugueses confraternizavam e reproduziam com as outras raças nas suas colônias, e a experiência dos escravos africanos era relativamente benigna nas possessões portuguesas (Freyre 161).

Além da composição racial diversificada do povo português, *A casa grande e a senzala* destacou o clima de Portugal como um outro fator motivador na experiência colonial harmoniosa (Freyre 22). Freyre afirmou que a posição de Portugal na ponta da Europa concedeu um clima

quente, que imbuíu a cultura portuguesa com muitos aspectos semelhantes aos estilos de vida dos seus súditos africanos e nativos. Freyre expandiu estes pontos de vista na sua obra subsequente, *O mundo que o português criou* (De Meneses 358). Eventualmente, estas observações sobre a natureza do imperialismo português desenvolveram na teoria do lusotropicalismo, que afirma que os portugueses eram colonizadores superiores por causa das características únicas da sua raça e do seu país natal.

As respostas iniciais do Estado Novo às obras de Gilberto Freyre foram esmagadoramente negativas (De Meneses 358). A colaboração entre colonos portugueses, escravos africanos e brasileiros nativos para construir uma sociedade mista entraram em conflito com o desejo português de projetar uma imagem de um império poderoso e centralizado. No Ato Colonial de 1930, Salazar efetivamente estabeleceu as colônias como territórios subordinados, que funcionavam principalmente como uma fonte de matérias-primas para equilibrar o orçamento português (De Meneses 98). No entanto, após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas na Ásia e na África e uma pressão internacional para descolonizar forneceram uma nova utilidade para as teorias de Freyre.

O lusotropicalismo retrata Portugal como relativamente benigno durante a Era dos Descobrimentos, enquanto as outras potências europeias brutalizavam os seus súditos coloniais. Esta visão multirracial do antigo Império Português também forneceu um contraste com os movimentos africanos nacionalistas, que a liderança portuguesa retratou como racistas e tribalistas (de Meneses 359). O lusotropicalismo permitiu que o Estado de Nova designasse o seu território não um punhado de colônias distantes, mas uma nação que existiu em vários continentes, unido por uma língua comum, a religião e uma história de quinhentos anos. O Estado Novo exemplificou essa mudança na revogação do Ato Colonial em 1951, e a nova

ordem descreveu Portugal como uma nação pluricontinental, não uma metrópole europeia com colônias (de Meneses 366). Esta imagem conflitava com a realidade frequentemente. No caso de Goa, só umas pequenas minorias de habitantes falavam português ou praticavam o catolicismo (De Meneses 361). No entanto, a visão forneceu uma ferramenta de propaganda poderosa para o Estado português. Salazar famosamente se reuniu com Gilberto Freyre em Portugal em 1953 e, embora o líder pessoalmente não concordasse com as opiniões do escritor brasileiro, ele, no entanto, acolheu o lusotropicalismo como uma poderosa arma ideológica na seu arsenal para defender a presença Português no exterior.

Ainda um acadêmico astuto, Salazar apropriadamente aplicou a análise do Brasil de Freyre para Goa durante a sua disputa com a Índia sobre o domínio do enclave costeiro. De acordo com Salazar, os quinhentos anos da presença portuguesa tinha estabelecido Goa como uma extensão do Estado português, e os goeses não eram indianos, mas português, devido à mistura racial ao longo dos séculos da colonização portuguesa (De Meneses 363). Muitos dos líderes históricos da colonização de Goa, como o conquistador e governador Afonso de Albuquerque do século XVI, se tornaram figuras centrais nos mitos ideológicos do Estado português também. Salazar argumentava frequentemente que a antiga presença portuguesa na região havia produzido uma sociedade pacífica e estável, um contraste aos conflitos étnicos que ocorreriam sem a liderança europeia (De Meneses 360). Em 1961, depois da invasão das forças indianas contra os relativamente poucos defensores portugueses, e da anexação subsequente de Goa, Salazar lamentou o incidente como a perda de uma região com 450 anos sob a influência de Portugal, e um dos momentos mais tristes da história portuguesa (De Meneses 502).

Infelizmente para Salazar e para os outros líderes do Estado Novo, o fiasco em Goa só marcou um golpe início entre outros problemas coloniais no vasto Império Português. A rebelião

armada por nativos africanos contra os seus governantes portugueses começou pela primeira vez em Angola, e logo se espalhou para Moçambique, Guiné, e o resto da África portuguesa. Os ataques nos colonos brancos irritaram as autoridades portuguesas, e muitas vezes estes provocaram a repressão brutal (de Meneses 467). As guerras coloniais forçaram Portugal a dedicar uma grande parte do seu orçamento nacional para as forças armadas despreparadas e muitas vezes ultrapassadas, que retardou o crescimento económico rápido que Portugal apreciava durante o período (De Meneses 558). O número de mortos aumentava continuamente e fez as guerras cada vez mais impopular entre o povo português. A perda de 201 soldados na África em 1961 quase dobrou a 387 em 1964, e cresceu a 734 em 1968, o último ano do reinado de Salazar (De Meneses 522).

Salazar respondeu às dificuldades da Guerra Colonial Português em Portugal por enfatizar a sua visão do Estado português pluricontinental (De Meneses 366). O Estado Novo não caracterizava o conflito como uma tentativa de manter territórios economicamente ou geopoliticamente valiosos, mas como uma batalha para a existência da nação portuguesa (De Meneses 521). Salazar se apoiou na presença inicial de Portugal na África, estabelecida pelos exploradores da Era dos Descobrimentos como Dias e Cabral, e ele incessantemente enfatizava os quinhentos anos do império português na região. A propaganda portuguesa durante as guerras coloniais enfatizava o suposto progresso que o envolvimento português trouxe para os países africanos, ou a natureza violenta e etnocêntrica dos grupos rebeldes em oposição às colônias portuguesas multirraciais (Minter 96). Esta ênfase alinhava com duas das caracterizações históricas do colonialismo europeu melhorar as áreas menos civilizadas e transmitir a cultura europeia, e também com a narrativa mais recente do lusotropicalismo harmonioso.

O apoio internacional para as ações do Estado Novo vacilou enquanto as guerras coloniais portuguesas progrediam. Vários líderes dos países anteriormente favoráveis escreveram cartas de desaprovação a Salazar, e Portugal se tornou cada vez mais isolado na Organização das Nações Unidas (De Meneses 513). O fim da Guerra da Argélia e a retirada francesa subsequente em 1962 também indicaram que as potências ocidentais não estavam inclinadas a arriscar as vidas e a reputação para uma outra potência colonial, especialmente para uma potência menor, como Portugal (De Meneses 614). Salazar respondeu ao isolamento internacional crescente do seu governo e destacou o papel importante de Portugal no curso da Guerra Fria (Minter 85). Muitas das insurgências nas colônias africanas, como o MPLA em Angola, eram marxistas e recebiam ajuda soviética. Portugal também se aproximou às párias diplomáticas a Rodésia e a África do Sul, que parcialmente auxiliou com a construção do Padrão dos Descobrimentos em Lisboa (Padrão dos Descobrimentos). Embora as políticas raciais desses países diretamente conflitassem com o ideal lusotropicalista, a sua proximidade às colônias portuguesas de Moçambique e Angola e a sua hostilidade comum em relação ao nacionalismo negro superaram as diferenças ideológicas (De Meneses 530). Nas suas correspondências com os outros líderes, Salazar continuou a sublinhar a importância do papel colonizador histórico português, e pintou Portugal como o porta-estandarte da civilização europeia no exterior. A primeira potência europeia que liderou o continente para novas terras, Portugal na mente de Salazar era também a última potência colonial que trabalhava para levar a civilização ocidental superior às terras primitivas. Uma carta em 1961 do líder português para Francisco Franco lamenta a perda de tal missão colonizadora entre outros países europeus, no entanto, ela indica que não tem desejo de abandonar o único bastião da velha mentalidade colonial (De Meneses 523).

Salazar sofreu um acidente vascular cerebral em 1968 aos 79 anos, que causou a sua substituição por Marcelo Caetano, um académico importante e um antigo colega no regime (De Meneses 605). Enquanto Salazar guiava Portugal e seu império por um período de 35 anos, inclusive a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial e muitos anos de conflito colonial sangrento, o Estado Novo sobreviveu menos de uma década depois da sua aposentadoria. A Guerra Colonial Portuguesa, que deixou mais de 15.000 portugueses incapacitados de alguma forma, ainda mais escalou após a ascensão de Caetano em 1968 (De Meneses 522). A conscrição alimentou a crescente demanda por tropas nas várias frentes africanas, e nenhuma solução permanente para a guerra era evidente para a liderança militar portuguesa. Em 1970, as despesas militares compuseram 10% do PIB e cerca de 6% da população portuguesa estava servindo ativamente nas forças armadas (de Meneses 558). O estado de espírito estava baixo entre os soldados e marinheiros portugueses, e só diminuía com a continuação da guerra (De Meneses 504). Em 1974, este descontentamento transbordou em um golpe militar, a Revolução dos Cravos, que obteve o apoio popular e derrubou o Estado Novo. No ano seguinte, o novo governo liberal concedeu a independência às colónias portuguesas na África e Timor Leste, e deixou Macau como o único remanescente do outrora vasto império português (Portugal). Salazar não viu a desintegração do seu Estado Novo "pluricontinental". Ele morreu pacificamente, quatro anos antes, em 1970.

O Estado Novo durou quase meio século, durante um dos períodos mais marcados pelos conflitos na história moderna. Portugal, um país militarmente fraco, se manteve uma ilha de calma durante os anos da guerra e da revolução comunista que devastaram o resto do continente europeu, inclusive o único vizinho de Portugal continental, a Espanha. A menor das potências coloniais no século XX, Portugal também paradoxalmente manteve quase a totalidade do seu

império ultramarino até os últimos anos da descolonização, quando o governo autoritário em Lisboa caiu por um golpe pacifista. Estes feitos resultaram da modelagem histórica adepta do Estado Novo, que desenvolveu uma ideologia que legitimava e motivava a persistência do Estado e do império português. A Idade Média provou mais benéfica para o estabelecimento e a segurança no início do Estado Novo, mas a Era dos Descobrimentos provou ideologicamente inestimável durante a época depois da rebelião nacionalista e da pressão anticolonial. Esta estabilidade e longevidade em face de grandes crises construíram o legado duradouro do Estado Novo, e como resultado, o seu arquiteto, Antônio de Oliveira Salazar, permanece querido nos corações de tantos portugueses hoje.

## Obras Citadas

“Corporatism”. *Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica Online.*

Encyclopædia Britannica Inc., 2016. Web. 28 Mar. 2016

<<http://www.britannica.com/topic/corporatism>>.

De Meneses, Filipe Ribeiro. *Salazar: a political biography*. Enigma Books, 2013.

“D.G.E.M.N. Digital.” *Índice Dos Boletins Editados Pela D.G.E.M.N. (1935-1966)* -.

Web. 28 Mar. 2016.

“El 40% De Los Españoles a Favor De La Creación De Una Federación Entre España Y Portugal – 20minutos.es.” *20minutos.es*. Web. 09 Apr. 2016.

Emmer, Peter C. “The first global war: the Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609.” *E-journal of Portuguese History* 1.1 (2003): 2.

Freyre, Gilberto, and Samuel Putnam. “The Masters and the Slaves, a study in the development of Brazilian civilization.” (1947).

Garoz, Raquel Rodríguez. “Geopolítica crítica: el Pacto Ibérico de 1939.” *Scripta Nova: revista electronica de geografía y ciencias sociales* 9 (2005): 198.

Girouard, Mark. “The Return to Camelot. Chevalry and the English Gentleman.” (1981).

Hubert Lanzinger, Der Bannerträger (The Standard Bearer).” *United States Holocaust Memorial Museum*. United States Holocaust Memorial Council. Web. 09 Apr. 2016.

Louis, W. Roger. “Colonial Appeasement, 1936-1938.” (1971).

Lovejoy, Arthur. “0. 1936. The great chain of being: a study of the history of an idea.”

Minter, William. *Portuguese Africa and the West*. William Minter, 1974.

“Monument to the Discoveries.” : *Padrão Dos Descobrimentos*. Web. 28 Mar. 2016.

<<http://www.padraodosdescobrimentos.pt/en/monument-to-the-discoveries/>>.

Neto, Maria João. “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960).” *DGEMN/Livros Horizonte, Lisboa* (1999): 23-43.

Paolos, Fabio. “Portugal & Spain – Iberism or Iberian Federalism (Part III).” *OneEurope*. One Europe. Web. 28 Mar. 2016.

Payne, Stanley G. *A history of fascism, 1914–1945*. University of Wisconsin Pres, 1996.

“Portugal”. *Encyclopædia Britannica*. *Encyclopædia Britannica Online*.

Encyclopædia Britannica Inc., 2016. Web. 28 Mar. 2016

Portugal, the new state, in theory and in practice. Portugal, Secretariado da Propaganda Nacional. 1938.

“Rádio E Televisão De Portugal.” *GRANDES PORTUGUESES*. Web. 09 Apr. 2016.

Sardica, José Miguel. “The memory of the Portuguese First Republic throughout the twentieth century.” *E-journal of Portuguese History* 9.1 (2011): 65-92.

The Editors of Encyclopædia Britannica. “Truman Doctrine.” *Encyclopedia Britannica Online*. Encyclopedia Britannica. Web. 28 Mar. 2016.

“Treaty of Tordesillas”. *Encyclopædia Britannica*. *Encyclopædia Britannica Online*.

Encyclopædia Britannica Inc., 2016. Web. 27 Mar. 2016

<<http://www.britannica.com/event/Treaty-of-Tordesillas>>.

“Varios Escritos Poéticos.” January 1922. *Obras Completas de José Antonio*. Rumbos.

Wayne H. Bowen. *Spain during World War II*. Columbia, Missouri, USA: University of Missouri Press, 2006. Pp. 26.